

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 189.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 18 de outubro de 1971 — (Segunda-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielso Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Ferdmannt, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nach, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomei, Maurício Fruet, Nivaldo Prüger, Odihlon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Marciano Baraniuk, Mugiati Filho, Pinto Dias Sebastião Rodrigues Júnior (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

— De autoria do Senhor Deputado Igo Losso solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 10-71.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições vem, na forma regimental requerer que, após ouvido o Plenário, se consigne em Ata um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Jeanina Gonevino Costa, ocorrido em data de ontem, esclarecendo que a referida Senhora era esposa do Sr. Arnanias Costa, serventário da Justiça aposentado da Comarca de Ibairi e membro de tradicional família paranaense.

Outrossim requer seja dado ciência da deliberação desta Casa à família enlutada, a Av. Comendador Antonio Franco, 2767, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1971.

(a) — Antônio Costa

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados infra assinados, no uso de suas atribuições e na forma regimental, considerando:

1.o — Que o Município de Fênix vem experimentando notável surto de progresso;

2.o — Que, em função dessa expansão de atividades comerciais e agrícolas, o índice de operações de crédito vem se elevando acentuadamente;

3.o — Que, em face do exposto, é imprescindível, para atender as necessidades da comercialização, a existência de um estabelecimento de crédito que possa ensejar operações de financiamentos com relativa facilidade, requerem seja encaminhado, por intermédio da Mesa, apêlo ao Senhor Ewaldo Vita, ilustre Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de ser instalada, com a maior brevidade possível, uma agência do referido estabelecimento oficial de crédito, na cidade de Fênix, sede do Município do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1971.

(aa) **Paulo Poli**

**Gilberto Carvalho**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de regozijo ao jornal "TRIBUNA DO PARANÁ", que, nesta data, comemora seu 15.o aniversário de fundação.

Desde sua primeira edição, até agora, "TRIBUNA DO PARANÁ" tem servido aos mais elevados interesses da comunidade paranaense, propugnando, sempre, pela honestidade da informação.

Mantendo quadro redatorial do melhor padrão, suas notícias e seus comentários servem de orientação à coletividade de nosso Estado.

Justifica-se pelo exposto o que agora se requer, e, outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Diretor do jornal "TRIBUNA DO PARANÁ", cumprimentando-o e a seus funcionários pela expressiva data.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1971.

(a) **Maurício Fruet**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, componentes da Comissão de Saúde Pública desta Casa, requerem regimentalmente a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de regozijo pela passagem, na data de hoje, do "Dia dos Médicos".

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Associação Médica do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1971.

(aa) **Jorge Sato**

**Emílio Carazzai**

**João Fadel**

**Maurício Fruet**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Ciente, de que o ilustre Deputado Muggiati Filho, sofreu acidente com seu veículo e se acha hospitalizado na Cruz Vermelha, desta Capital, o Deputado que o presente subscreve, requer seja enviada uma Comissão de Deputados ao Hospital citado, para apresentar a solidariedade do Poder Legislativo e oferecer os préstimos de todos nós, ao ilustre colega.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1971.

(a) **Antônio Lopes Júnior**

**PROJETO DE LEI:**

**PROJETO DE LEI N. 241-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal no Distrito de Guaravera, no Município de Londrina.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta iniciativa correrão por conta da dotação orçamentária consignada à Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1971.

(a) **Alvaro Dias**

**JUSTIFICATIVA:**

O Distrito de Guaravera, em Londrina, conta, atualmente, com aproximadamente 8 mil habitantes.

Entre os melhoramentos públicos de que é dotado, destaca-se pela importância, o Ginásio mandado pela C.E.N.C., onde estudam 120 alunos, entre os quais 42 compõe a primeira turma, que este ano concluirá a 4.ª Série.

Por este significativo fato, a criação e instalação do referido Distrito, de uma Escola Normal, permitirá atender aos anseios legítimos dos estudantes do importante local e circunvizinhança que pretendem continuar seus estudos.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente. Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Comparecemos a esta Tribuna apenas para registrar um fato ocorrido no Município de Cambé, fato com o qual não podemos concordar, de forma alguma. Peço permissão para fazer a leitura de ofício da Câmara Municipal de Cambé, enviado ao sr. Caetano Munhoz da Rocha Filho, Diretor da Café do Paraná. (Lê):

“Sr. Diretor

A Câmara Municipal de Cambé, Estado do Paraná, em sessão realizada em data de 27 de setembro pp., aprovou requerimento de autoria do nobre Vereador Eurico Wals, no sentido de que fôsse oficiado a V. S. solicitando para que informe a esta Casa qual o motivo por que retiraram a placa de inauguração contendo a esfinge do ex-Governador do nosso Estado, da Unidade da “Café do Paraná”, de nossa cidade, bem como o nome do mesmo, dado à referida Unidade.

Na certeza de podermos contar com a atenção de V. Exa., desde já agradecemos e apresentamos as nossas cordiais saudações.

Atenciosamente — a.) Jehovah Almeida Gomes — Presidente”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Desnecessário se faz comentarmos episódio dessa natureza, pois muitos deles já ocorreram e foram denunciados desta Tribuna. Poderíamos apenas repetir palavras de outros Deputados que por aqui passaram, dizendo de acontecimentos como esse, que aconteceu na cidade de Cambé.

Não comentaremos, não emitiremos nossa opinião antes que a Câmara Municipal de Cambé receba do Diretor da Café do Paraná a justificativa, a explicação pela retirada da esfinge do ex-Governador do Estado e de seu nome, da unidade da Café do Paraná, da cidade de Cambé.

Entendemos a priori, salvo melhor juízo, ser isso um desrespeito não ao homem particularmente, mas ao ex-Governador. Afinal de contas, ocupou um cargo da maior importância no Estado do Paraná, e, tenha sido bom ou mau Governador, mereceu o respeito de toda a população, sobretudo pelo fato de ter sido escolhido através do voto livre e direto por essa mesma população.

Não concordarmos, de forma alguma, com os responsáveis por essa atitude. Repudiarmos essa e outras atitudes dessa natureza, que trazem no fundo a vingança e o desrespeito a alguém que exerceu a função da mais alta responsabilidade neste Estado e que procurou, tenho certeza absoluta, dar tudo de si na defesa dos interesses de nossa comunidade.

Não temos procuração para defender o ex-Governador que, talvez, nem mesmo saiba que isso ocorreu, sem o interesse de defendê-lo particularmente, pois não pertencemos ao seu Partido.

Registrarmos a denúncia da Câmara Municipal de Cambé e nos colocamos ao lado dos Vereadores que mandaram este Requerimento repudiando a atitude e esperando que fatos desta natureza não venham a ocorrer, para não deslustrar ainda mais a administração de nosso Estado.

Muito obrigado, sr. Presidente, e esperamos que o registro desta denúncia, nos Anais desta Casa, sirva como um alerta a outros acontecimentos que porventura possam ocorrer do jáez deste ocorrido em Cambé. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há poucos dias ouvimos um debate travado nesta Casa onde se verberava a atitude do atual Governador do Estado, em permitir que se desse a um Grupo Escolar de Pato Branco o seu nome, Grupo Escolar Haroldo Leon Peres.

Não sei se, realmente, isso ocorreu, se esse Estabelecimento de Ensino foi denominado com o nome do atual Governador. Mas se o foi, se o fato efetivamente aconteceu nada vejo de mais que se preste homenagem ao Chefe do Poder Executivo.

Deve-se, o povo deve, as autoridades municipais devem homenagear o Chefe do Poder Executivo, devem perpetuar o seu nome em bronze a ponto de que um Estabelecimento de Ensino ou Edifício Público, construídos pela vontade de um Governador, sirva à causa pública, à coletividade do Paraná.

Não vejo nada demais. O que vejo demais, isto sim, é o desrespeito dos Governos que sucedem os anteriores que, através de seus prepostos, retiram as placas que o povo homenageou seus benfeitores. O fato que o Deputado Alvaro Dias trouxe a esta Casa talvez não tenha nem chegado ao conhecimento do Sr. Governador do Estado; acredito que não tenha sido por ordem do sr. Haroldo Leon Peres que o Diretor da Café do Paraná retirou a placa de um edifício público, Café do Paraná de Cambé, que homenageava o ex-Governador Paulo Pimentel, responsável pela execução daquela obra. Mas o atual Diretor da Café do Paraná tem seus prepostos que na ânsia de agradar o novo amo, o novo patrão e o novo chefe, arrancaram a placa com o nome de Paulo Pimentel de um estabelecimento público num desrespeito ao próprio povo do Paraná, num desrespeito aos nossos fóros de povo civilizado que não esquece seus benfeitores. Não acredito, sinceramente, que a ordem tenha partido de Caetano Munhoz da Rocha Filho, filho de família tradicional, cujo pai foi Governador do Estado, cujo irmão foi Governador deste Estado, ambos com contingente de trabalho oferecido à brava gente paranaense, não acredito, que homens da estirpe de Caetano Munhoz da Rocha Filho, possa descer tanto, a ponto de mandar tirar uma placa de um estabelecimento público, que homenageava o ex-Governador Paulo Pimentel, mas se S.S. teve conhecimento do fato, e não tomou as medidas que o nosso caso requer, fica aqui registrado o nosso repúdio que não é outro senão de todo o povo do Paraná, por uma atitude insólita, por uma atitude impensada, por uma atitude que só desmerece o homem e o Governo. Que não serve para enaltecer ninguém, que serve sim, para desrespeitar o próprio povo do Pa-

ram. Associo-me aos protestos da Câmara Municipal de Cambé e às palavras do nobre Deputado Alvaro Dias contra a atitude d'este cidadão que fere os nossos princípios de gente civilizada, de gente que cultua a memória daqueles que trabalharam pelo povo e deixaram uma obra administrativa atrás de si. Mas quero frisar antes disso, que não acredito, tenha ordem partida do atual Governo do Estado, porque S. Exa., que permite que se coloque o seu nome num estabelecimento de Ensino d'este Estado, não pode, jamais, dar ordens para que tirem as placas com a denominação do Governo anterior, de outros estabelecimentos construídos na administração do sr. Paulo Pimentel.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E tão somente para, desta Tribuna, fazer uma comunicação e para que nos Anais desta Assembléa conste o agradecimento d'este Deputado, representante da Região Sudoeste paranaense, pelas obras inauguradas e entregues neste fim de semana, pela administração estadual, em alguns Municípios da minha região.

No sábado e no domingo estivemos no Município de Sta. Isabel do Oeste para a inauguração de Grupo Escolar construído na sede do Município, e inauguração de uma das estradas importantes que ligam aquêle Município ao Município de Salto do Lontra.

No domingo, participamos das inaugurações das pontes sobre o Rio Vitória e sobre o Rio Bocó, no Município de Enéas Marques.

Solertidades das quais participaram S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura, Coronel Haroldo Carvalhido, a Sra. Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná, Dna. Janete Alberguer, S. Exa. o Coronel Clóvis Cunha Viana, Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização e do Sr. Coronel Luiz Barbosa Volf, Diretor Presidente do Grupo Executivo para as terras do Sudoeste. Mais de 25 Srs. Prefeitos Municipais estiveram presentes às solertidades, numa verdadeira festa de confraternização, onde os pronunciamentos todos louvaram a atitude do atual Governador Haroldo Leon Peres, pela maneira com que vem realizando no Interior do Estado de uma maneira sóbria e sem muito alarde, visando a solução dos problemas que mais afligem aquela população. Na oportunidade, o Sr. Secretário de Educação e Cultura, falando na reunião fechada com os srs. Prefeitos Municipais, deu-lhes conhecimento das novas medidas a serem adotadas pela sua Pasta em função da reforma no setor educacional, porque está passando o País. Naquela oportunidade, os Srs. Prefeitos Municipais receberam os primeiros cheques relativos a auxílios financeiros para complementar com o auxílio do Estado, o pagamento de seu professorado municipal.

A festa que foi de inauguração, de confraternização e também serviu para que os representantes do Executivo Estadual se capacitassem de um sem número de outros problemas que a região afeta e que haverão de, a curto prazo, se Deus quiser, serão equacionados. E, na medida do possível, resolvido, para o melhor, e maior desenvolvimento da região.

Fica portanto, registrado desta Tribuna, o agradecimento d'este modesto representante daquela região, pela obra, que em tão boa hora fôra por êste Governo construída, inaugurada e entregue para aquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, Sr. Presidente, fazer uma comunicação à Casa que reputamos assim de alto interesse para o Paraná e para os homens que têm assento aqui neste Legislativo.

No dia 16 do corrente, sábado, inauguramos, com a presença do Governador do Estado da Bahia, do General Superintendente da Sudene e autoridades ligadas à Suden, um representante do Ministério da Indústria e Comércio e com representantes do empresariado paranaense e ainda com a presença do Sr. Governador do Estado do Paraná, uma indústria paranaense no Centro Industrial de Aratu. É a primeira indústria com capital inteiramente do Paraná, oriundo dos incentivos fiscais.

Ali, naquele ato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sentimos a emoção a dominar o nosso sentimento, quando contrastando com o azul do céu da Bahia, desfaldou-se a bandeira do Paraná, que foi hasteada pelo nosso Governador. Ali, no Nordeste, numa das regiões mais críticas de nossa Pátria, numa região onde temos 30% da população brasileira sofrendo os problemas sociais mais graves; do baixíssimo poder aquisitivo, da miséria da fome; onde o nordestino vem se batendo há anos para manter aquela parte do território brasileiro, integrada em nosso País. Quando vimos a bandeira de nosso Estado, ser desfaldada naquela região sentimos o verdadeiro significado da integração de que tanto se tem falado.

Justamente ali onde nasceu o Brasil, aquela terra de tanta história, aquela terra de tantas tradições. A Bahia da cultura, a Bahia dos poetas, a Bahia da abolição, a Bahia dos problemas gravíssimos, a Bahia do petróleo, a Bahia do passado e do presente.

Vemos, Sr. Presidente, que os Srs. Deputados talvez não estejam interessados no assunto; vemos os Srs. Deputados talvez estejam preocupados com assuntos mais sérios, mas este é também muito importante porque diz respeito aos interesses do Paraná. Pedimos, escusas por atrapalhar a conversa tão cordial que se estabelece nesta Casa neste começo de semana, com este assunto que tanto representa para nós e para o Brasil.

É o capital que vem do esforço paranaense; é o capital minguido da atividade extrativa que é levado por alguns pioneiros e desbravadores de nosso tempo. Muito poucos conhecem o que significa esta nova filosofia empresarial implantada no Brasil depois que se estabeleceu a concepção da SUDENE, que outra coisa não é senão a verdadeira solidariedade entre as regiões do mesmo País, a solidariedade entre os irmãos de uma mesma pátria, fazendo com que os irmãos mais ricos ajudem os mais pobres, fazendo com que as áreas mais desenvolvidas carreguem um pouco de sua poupança para desenvolver, também, as áreas mais empobrecidas, que no seu tempo já deram sua contribuição à Nação.

É isto que os empresários paranaenses ali preteriram, na pessoa de seus líderes Manoel Pedro Pereira Lima, Francisco Correia Braga, Engenheiro Clóvis Dallegre, Engenheiro Haroldo Ceschim e outros, integrantes do bloco piloto, que coordenou o capital paranaense para ser aplicado naquela indústria, naquela grande indústria, levando para aquela área 15 milhões de cruzeiros dos incentivos fiscais, uma pequena parcela do incentivo fiscal do Paraná.

Queremos, nesta oportunidade, lembrar a importância de nosso Estado, analisar o que seja realmente o incentivo fiscal, aproveitar os recursos para que eles não se diluam como se diluindo estão nas mãos de outros interesses, de interesses de outros Estados. Seria de grande interesse para o Paraná, para cada uma das regiões que os senhores representam aqui, talvez, Srs. Deputados, muito mais do que levar alguma verba de auxílio a uma destas cidades, a uma destas regiões, talvez muito mais do que levar um pequeno auxílio do Governo para ajudar esta ou aquela instituição. Que adianta segurar o pouco quando perdemos o muito? O Paraná não tem nenhuma coordenação neste sentido. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomamos a iniciativa de convidar em nosso nome, como Deputado, dizendo que leva-

riamos ao conhecimento desta Casa, e se a Casa quisesse endossar este nosso convite, aos Diretores da SUDENE para virem ao Paraná, contar como deve um Estado no sentido de que não se evadam dele os recursos do incentivo fiscal.

Queremos, nesta oportunidade, também, como homens o Partido ao Sr. Governador, congratularmo-nos com S. Exa. por ali estar presente.

Saibam os Srs. Deputados que os recursos destinados pelo Imposto de Renda à conta da SUDENE, são devolvidos ao Erário em apenas dois anos e meio. É um grande negócio para nosso País. E por que não temos, nós, no Paraná, um centro industrial nos moldes de Aratu?

Analiseemos estes aspectos com seriedade para que, amanhã, no sejam apontados pelos empresários, pela geração atual, como homens de pouca visão, ficando à margem da mentalidade dinâmica de nosso tempo no campo da Economia.

Ainda queremos enaltecer a importância que a SUDENE vem dando ao processamento racional sem nenhuma interferência política. O que a SUDENE quer é o desenvolvimento racional. O que a SUDENE faz obedecer a uma linha de pensamento com relação ao desenvolvimento nacional de que produzamos bens de capital para suprir a importação, que produzamos bens de consumo durável para suprimos os bens de consumo durável que, hoje, gravam nossa balança de comércio internacional.

E por falar em comércio internacional, até o mês de agosto, tinha o nosso País um desequilíbrio na balança de importação de quase 300 milhões de dólares. Daí a necessidade prementíssima de dotarmos o nosso País de um mecanismo industrial pesado, capaz de responder à solicitação de demanda de toda a população brasileira, e atendermos aos interesses de nossa Pátria.

O que acontece no Estado da Bahia, Estado que há 400 anos vem sofrendo a delapidação da economia extrativista — caminho que o Paraná está seguindo. Alertamentos feitos tantas vezes por nós, quicá, sejam ouvidos um dia. A Bahia que estava se exaurindo, hoje, está crescendo, se recuperando. O Centro Industrial de Aratu, Srs. Deputados, é um exemplo a ser imitado. Proponho que se estude a possibilidade de implantarmos aqui um Centro Industrial idêntico.

O Estado do Rio Grande do Sul mandou uma Comissão de Deputados ao Centro Industrial de Aratu, para analisar como se organiza um Centro dessa ordem. E a Comissão de Deputados que lá esteve, apresentou relatório da maior importância. Relatório que foi solicitado pelo Serviço Nacional de Informações, no sentido de alertar o Governo Federal, aos Governos dos Estados, às classes empresariais, que estavam permitindo, por sua omissão, ou pela falta de engajamento ao processo atual de industrialização, permitindo que o Estado do Rio Grande do Sul se esvaziasse, se depauperasse.

Está de acordo a maioria dos Srs. Deputados e já discutimos isso em nossa Comissão de Desenvolvimento verificando, com satisfação, que seus membros estão de pleno acordo quanto à necessidade de criarmos no Paraná diques que evitem o esvaziamento econômico de nosso Estado. Perdemos muito, vamos perder mais, estamos perdendo e damos este brado de alerta, neste instante, quando vemos na Bahia, no Centro Industrial de Aratu, a instalação e funcionamento de mais trinta indústrias e para os próximos seis meses, de grande número de indústrias pesadas, como também a implantação da Petroquímica na área.

Não estamos fazendo aqui uma declaração de pessimismo, pelo contrário, estamos fazendo uma declaração de alerta no sentido de que nós tomemos providências para que o Estado do Paraná também se coloque ao nível do progresso de nosso tempo.

O Estado da Bahia é um exemplo. Cremos que a presença do Sr. Governador do Estado, naquela comemoração, participando daquele encontro de nova mentalidade empresarial vigente, será de grande proveito para o Paraná. Poderá S. Exa., certamente, haurir conhecimentos naquela fonte de experiência.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, inicialmente quero agradecer o convite que V. Exa. me havia formulado para que, também, pudesse participar daquele acontecimento no Estado da Bahia. Infelizmente, por razões superiores, não me foi possível estar lá presente para poder, pessoalmente, cumprimentar esse grupo de paranaenses do qual V. Exa. igualmente faz parte e que numa saída estratégica tiveram que desviar recursos de nosso Estado para aplicar no Estado da Bahia. Quando assim afirmo, nobre Deputado, não quero dizer com isso, que seja contra os outros Estados que integram a Federação brasileira. Todos nós somos irmãos e tudo é Brasil, mas o que lamento, e isso já tenho afirmado por diversas vezes e procurado alertar as autoridades responsáveis, principalmente da Região Sul de nosso País, é o grande e grave perigo porque passa nossa Região, que vem sendo descapitalizada dia a dia, em favor e em benefício das regiões do Norte do País. E o que é mais grave ainda, é que os incentivos fiscais aplicados na área da SUDAN e SUDENE, tem propiciado a implantação de indústrias as mais importantes, indústrias essas que hoje já vêm fazendo concorrência com nossas indústrias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nesta hora em que V. Exa. diz que os órgãos da SUDENE e da SUDAN desejam vir ao Paraná para nos mostrar a importância daquela organização e a maneira da aplicação dos recursos oriundos dos incentivos fiscais, gostaria que viessem ao Paraná não para mostrar como deveremos aplicar os incentivos, mas que viessem ao nosso Estado para se incorporar aos paranaenses, gaúchos e catarinenses a fim de que possamos sensibilizar os homens desta República no sentido de que os incentivos fiscais oriundos do Imposto de Renda pudessem ser aplicados aqui no Sul, na implantação de indústrias como as que estão sendo construídas no Norte, Nordeste de nosso País.

Ss. Exas. estão de parabéns porque souberam aplicar bem os incentivos. Tenho certeza que somente assim o fizeram porque não tinham condições de aplicá-los em nossa região, em nossa terra, o que é muito lamentável.

De qualquer modo receba, Deputado Nivaldo Krüger, meu agradecimento pelo convite que V. Exa. muito me honrou para que pudesse participar desse acontecimento no Estado da Bahia. Minhas congratulações ao grupo que integra essa organização e a esperança de que todos juntos, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, possamos elevar nossas vozes não contra o Norte e Nordeste, mas em favor do Sul, este Sul que vem se descapitalizando dia a dia e que amanhã, talvez, se transforme num Nordeste.

Isto é que precisamos alertar as nossas autoridades a fim de que possamos aqui também aplicar nossos incentivos fiscais com a implantação de novas indústrias como vem sendo feito na Bahia e em outros Estados daquela região.

Através dos anos muitas firmas do Paraná vinham aplicando seus incentivos fiscais desordenadamente, sem o mínimo de conhecimento. Tenho exemplo; Deputado Nivaldo Krüger, pois algumas de minhas próprias organizações aplicaram e não sabem onde.

Felizmente, de alguns anos para cá, com a aplicação dos incentivos fiscais no reforestamento, na indústria da pesca e no turismo, já o povo do Paraná, as indústrias de nosso Estado puderam aplicar parte desses incentivos aqui em nosso Estado. Já estão milhares e milhares de pinheiros reforestando o Paraná, graças à política dos incentivos fiscais.

Gostaríamos nós, paranaenses, catarinenses e gaúchos, que o Governo da República possibilitasse que, aqui no Sul, pudessemos aplicar os incentivos fiscais também com a implantação dessas indústrias. Já sim, nobre Deputado Nivaldo Krüger, de braços dados, a exemplo do que fez este grupo que tão bem V. Exa. representa nesta Casa, nós estaríamos, não inaugurando na Bahia, mas aqui no Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul, muitas e muitas indústrias que iriam ajudar o desenvolvimento e o engrandecimento da nossa terra e da nossa região.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado, nobre Deputado João Man-



sur. V. Exa. nos honra com este aparte, quando de forma especial, cita nossa participação no grupo. Entretanto, Deputado João Mansur, entendemos que devemos nos valer desta disposição que V. Exa. tão bem situa agora, para um contacto com o grupo da SUDENE, porque o que podemos sentir, é que os técnicos que dirigem a SUDENE não estão interessados exclusivamente em fixar recursos no Nordeste e no Norte do País. Eles estão interessados em que a filosofia da SUDENE seja adotada também noutras regiões do País, como foi ela copiada pelos estrangeiros. Coisa nossa, produto da capacidade inventiva, da inteligência brasileira, nós, que sempre cultuamos um certo complexo de inferioridade em relação ao desenvolvimento de outros países e à capacidade empreendedora de outros homens noutras áreas do mundo, hoje, ao darmos o exemplo neste campo, sentimos muito orgulho, e a presença, se a Assembléia assim o desejar, dos homens da SUDENE aqui no Paraná, seria de grande valia para o Estado. Porque temos perdido recursos muito grandes e vamos perder recursos muito maiores, se providências não forem tomadas no sentido de ordenarmos o encaminhamento de recursos à SUDENE. O nobre Sr. Deputado João Mansur, deu um testemunho de grande valor, dizendo que as suas próprias empresas, que grande empresário ele é, encaminharam recursos para firmas que nem sabem quais são. Então nos parece que a Secretaria de Indústria e Comércio do Paraná, deveria fazer um plano de coordenação, no sentido de que os empresários paranaenses pudessem captar os recursos do Paraná e aplicá-los naquela área, fazendo com que estes recursos voltem, ou pelo menos fiquem, nas mãos dos paranaenses. Pode parecer algum egoísmo, mas não é egoísmo nosso, não. Isto na verdade, é o desejo de fazer, o desejo muito justo, de fazer com que se desenvolva a nossa região, que se desenvolva o nosso Estado, que somente a capacidade aquisitiva do nosso povo, a qual está apenas em 5% em relação à capacidade aquisitiva do Brasil, apenas 5%.

O Deputado Emílio Carazzai me solicitou o aparte?

O Sr. Emílio Carazzai — Não solicitei o aparte a V. Exa. mas me parece pelo olhar que V. Exa. transmitiu a mim e eu a V. Exa., que eu queria me desculpar perante V. Exa. de não estar prestando a atenção devida ao brilhante discurso que V. Exa. está pronunciando.

Eu tenho um problema de relevância com o companheiro que está sentado ao meu lado. Mas V. Exa. me deu mais esta alegria de achar que fôsse solicitar um aparte a V. Exa., e eu tenho, neste momento, a oportunidade de pedir a V. Exa. desculpas, pela primeira vez, eu não estava prestando atenção ao brilhante discurso de V. Exa. que todos eles sempre foram brilhantes nesta Assembléia.

Era o aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado. V. Exa. não tem que pedir desculpas, pelo contrário, V. Exa. é um Deputado que está sempre atento ao que dizem os Srs. Deputados desta Tribuna, observamos que V. Exa. acompanha e vejo que V. Exa. está atento, apesar de estar aqui há vinte anos nesta Casa, deveria estar cansado. Muitos de nós, com apenas quatro, cinco, seis, sete meses aqui, já estamos sentindo as costas a curvar...

O Sr. Emílio Carazzai — Ora, de quando em quando, eu canso mesmo. Sr. Deputado, mas não quando V. Exa. está na Tribuna.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado. Honra-nos muito o aparte de V. Exa. Sr. Deputado, tratando-se do nome de V. Exa.; isto para nós e na verdade, uma manifestação que nos lisonjeia por demais.

Mas, Srs. Deputados, vamos concluir estas palavras, lembrando ainda que esteve presente conosco, no Nordeste, o empresário Nagib Chede, acompanhando as atividades desenvolvidas pelos paranaenses naquela área. Outros empresários do Paraná, como os representantes do grupo Trombini, que estão com solicitação de liberação de recursos para SUDENE.

Fazemos um apelo concluindo para que levem os empresários das suas

regiões, aqueles que têm a capacidade de manipular os recursos e de infundir confiança a interessarem-se em constituir grupos nossos.

Gostaríamos que estes recursos do Paraná fossem manipulados pelo empresariado paranaense e fôssemos além aplicando os recursos disponíveis do nosso Estado; e o que se encontra destacado nos Estados vizinhos; assim, dariamos uma grande vitalidade à empresa paranaense, ao desenvolvimento do País.

Obrigado, Sr. Presidente e fica em pé a nossa sugestão no sentido de que se convite os homens da SUDENE para virem ao Paraná. Será de grande proveito para nos todos.

Obrigado. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 269/70, oriundo de Mensagem Governamental n.º 34/70, que autoriza o Poder Executivo a permutar parte do lote de terreno n.º 125, pelo lote n.º 8, de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva, na forma e como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.T.I.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir para a responsabilidade do D.E.R., a conservação das estradas Astorga-Jaguapitã, passando pelos Distritos que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar "Prieto Martinez", com sede nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 440/68, de autoria do Dep. Ama-deu Puppi, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos), à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO — Aprovado artigo por artigo pelo substitutivo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 218/70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Jataizinho, os lotes de terrenos urbanos, na forma e como especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 218/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, ao Município de Jataizinho, revertendo, desta forma, ao seu patrimônio, os lotes urbanos n.ºs nove (9), dez (10) e doze (12), da quadra n.º quatorze (14), e, os lotes urbanos n.ºs. um (1), três (3), cinco (5), sete (7), nove (9) e onze (11), da quadra n.º quinze (15), constantes dos Títulos de Propriedade n.ºs. quarenta e três (43), quarenta e quatro (44) e quarenta e cinco (45), expedidos em 03 de dezembro de 1.949.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1.970.

a) Dep. Túlio Vargas

#### JUSTIFICATIVA:

Os lotes de terreno, objeto do presente plano de lei, foram doados pelo Município de Jataizinho ao Estado do Paraná no ano de 1.949, com o fim específico de serem aproveitados para a construção de uma usina diesel elétrica, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Todavia, tal fato não se concretizou. Referido serviço público foi e é explorado pela Cia. Hidroelétrica de Londrina. A ocupação dos mencionados lotes de terreno, portanto, não se consumou, sendo justa a sua reversão ao patrimônio da municipalidade interessada, a qual tem interesse, por outro lado, urbanizar a área compreendida pelos lotes já indicados, sendo que a sua reversão, por isso mesmo, é medida que se impõe.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 218/70

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Jataizinho, os lotes de terrenos urbanos, na forma e como específica.

#### PARECER

1) — O Projeto vem articulado e devidamente justificado, nos termos em que dispõe o Regimento Interno.

2) — O mesmo está redigido em forma de autorização. Não fere, por outro lado, qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3) — Assim, pois, somos pela sua aprovação.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Muggiati Filho

Igo Losso

Arthur de Souza

Emílio Carazzini

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião Rodrigues Júnior

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 218/70

1 — Subscrito pelo nobre Deputado Túlio Vargas, visa o projeto em examinar o Poder Executivo a doar, ao Município de Jataizinho, lotes urbanos que especifica.

2 — Tendo recebido manifestação favorável da dita Comissão de Constituição e Justiça, veio o projeto à esta Comissão, para parecer.

3 — Todavia, de acordo com o art. 54, do Regimento Interno desta Assembleia, cabe à Comissão de Terras, Imigração e Colonização,

“manifestar-se sobre todos os assuntos relativos ao problema imigratório, à colonização e aproveitamento das terras devolutas, recuperação e utilização das terras inaproveitadas”.

4 — Não há como enquadrar o projeto em referência dentre as atribuições desta Comissão.

Assim sendo, preliminarmente, opinamos pela incompetência desta Comissão para se pronunciar sobre o mencionado projeto, devolvendo-se o mesmo ao Departamento Legislativo.

É o parecer, sub-censura.

Sala das Sessões, em novembro de 1970.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Santos Lima

Marciano Baraniuk

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 308/70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, fica declarada de Utilidade Pública, a Fundação Educacional Itaqui, com sede no Município de São José dos Pinhais. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 308/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional Itaqui, com sede no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em novembro de 1970.

a) Deputado Alencar Furtado

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública tem seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São José dos Pinhais, sob n.º B-3, às folhas 212 e sob número 1.193, conforme se comprova com a certidão anexa.

Por outro lado, os fins a que se destina mencionada entidade, justificam, plenamente, a apresentação do presente plano de lei, o qual submetemos à consideração de nossos ilustres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUMULA: Projeto de Lei n.º 308/70

Declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional Itaqui, de São José dos Pinhais

AUTOR: Dep. José Alencar Furtado

#### PARECER

1 — Devidamente registrados os seus estatutos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São José dos Pinhais e preenchendo todos os requisitos previstos no Código Civil Brasileiro, a Fundação Educacional Itaqui está em condições de ser declarada de utilidade pública, face aos benefícios que presta graciosamente no setor de ensino.

2 — Por não haver impedimento de ordem legal, O nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Gilberto Carvalho

Odilon Reinhardt

Arthur de Souza

Igo Losso

Muggiati Filho

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 25/71, de autoria do Dep. David Federmann, dá nova redação ao item 3.º do artigo 195 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N. 25/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — O item III, do art. 195, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Filho inválido, de qualquer idade, comprovadamente incapaz para exercer qualquer atividade remunerada, condição em que o salário família será pago ao triplo”.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1971.

a) — Dep. David Federmann

**JUSTIFICATIVA:**

A idéia não é nova. Já varios Estados do Brasil a adotam, levando em consideração o aspecto humano do problema, eis que, indubitavelmente uma pessoa doente, dependente inválida, sem possibilidade de recuperação, acarreta maiores despesas para o seu atendimento e, destarte, é perfeitamente justificável que se adjudique ao responsável uma vantagem maior para atendimento das inevitáveis despesas.

Esperamos, assim, contar com o apoio de nossos ilustres Pares, para a aprovação da medida em lide.

**LEI N.º 6.174**

**Seção VI**

**Do Salário-Família**

**D e c r e t a :**

Art. 195 — O Salário-Família é o auxílio pecuniário especial, concedido pelo Estado, ao funcionário ativo, inativo ou em disponibilidade, como contribuição ao custeio das despesas de manutenção de sua família.

Parágrafo único — A cada dependente relacionado no artigo seguinte, corresponderá uma cota de salário família.

Art. 196 — Conceder-se-á salário-família, ao funcionário pelos dependentes

I — esposa que não exerça atividade remunerada;

II — filho menor de vinte e um anos e filha enquanto solteira, sem renda própria;

III — filho inválido de qualquer idade, comprovadamente incapaz para exercer qualquer atividade remunerada;

IV — filho estudante, que frequentar curso secundário ou superior, em estabelecimento de ensino oficial ou particular e que não exerça atividades lucrativas, até a idade de vinte e quatro anos;

V — outros dependentes assim previstos em lei.

Parágrafo único — Compreende-se neste artigo o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo, o legítimo e o que, mediante autorização judicial, viva sob a guarda e sustento do funcionário.

Art. 197 — Quando o pai e mãe forem funcionários do Estado e viverem em comum, o salário família será concedido ao pai; se não viverem em comum, ao que tiver os dependentes sob sua guarda; e, se ambos os tiverem, de acôrdo com a distribuição dos dependentes.

Art. 198 — Equiparam-se ao pai e à mãe os representantes legais dos incapazes e as pessoas a cuja guarda e manutenção estiverem confiados, por autorização judicial, os beneficiários.

Art. 199 — O salário-família não está sujeito a qualquer imposto ou taxa, nem servirá de base para qualquer contribuição ainda que de finalidade assistencial.

Art. 200 — A habilitação para a concessão do salário família obedecerá a regulamentação própria.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N.º 25/71**

**AUTOR: Deputado David Federmann**

**SÚMULA:** Altera a redação do item III, do art. 195, da Lei n.º 6.174, de 16-11-1970.

**PARECER**

1) Com a proposta de alteração à Lei n. 6.175, de 16.11.1970, vista o ilustre subscritor do projeto em exame autorizar o pagamento do triplo do salário-família, ao servidor estadual, por filho inválido de qualquer idade, comprovadamente incapaz para exercer qualquer atividade remunerada.

2) Só merece aplausos a iniciativa do nobre parlamentar, que não encontra óbice legal algum à sua aprovação.

Apenas por apêgo à técnica legislativa apresentamos o substitutivo em anexo, que mantém intacta a intenção do projeto.

Pela aprovação, nos termos do substitutivo geral, é o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Muggiati Filho

Cândido Martins de Oliveira

Igo Losso

Borsari Netto

Sebastião Rodrigues Júnior.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL**

Art 1.º — O parágrafo único, do art. 195, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. — A cada dependente relacionado no artigo seguinte corresponderá uma cota de salário-família, exceto no caso do item III a que corresponderão três cotas”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Borsari Netto

Sebastião Rodrigues Júnior.

Muggiati Filho

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
PARECER  
AO PROJETO DE LEI N.º 25/71**

I — De autoria do Deputado David Federmann, a matéria em exame objetiva dar nova redação ao item III, do art. 195, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis).

II — O projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou substitutivo para melhor atender a técnica legislativa, sem contudo alterar a intenção do autor do projeto, que é a de estabelecer em triplo o salário-família para filho inválido de qualquer idade, comprovadamente incapaz para exercer qualquer atividade remunerada.

Das mais justas e louváveis a iniciativa, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1971.

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Santos Lima

Fuad Nacli

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 232/71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 34/71, integrando a Administração do Porto de Paranaguá — A.P.P., e a Administração do Porto de Antonina — A.P.A., em

entidade autárquica única, vinculada à Secretaria dos Transportes, sob denominação de "ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA — A.P.P.A. e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

**MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 34/71**

**PROJETO DE LEI N.º 232/71**

Curitiba, 5 de outubro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a integração das Administrações do Porto de Paranaguá (A.P.P.) e do Porto de Antonina (A.P.A.), em uma Entidade Autárquica única, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, sob a denominação de "ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA — A.P.P.A.", dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, técnica e financeira.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 861, de 17 de setembro de 1971, da Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, justifica com os necessários detalhes, a conveniência e oportunidade da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

a) — **HAROLDO LEON PERES** — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **WILSON FIGUEIREDO FORTES**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital.

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Ficam integradas a Administração do Porto de Paranaguá — A.P.P. e a Administração do Porto de Antonina — A.P.A. em uma Entidade Autárquica única, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, sob a denominação de "ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA — A.P.P.A.", dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, técnica e financeira.

Art. 2.º — A A.P.P.A. terá sede e fóro no Município e Comarca de Paranaguá.

Art. 3.º — Todo o acervo das entidades integradas é transferido à nova autarquia.

Art. 4.º — Continuam em vigor no corrente exercício, com as mesmas destinações, as dotações orçamentárias das Administrações dos Portos de Paranaguá e Antonina (A.P.P. e A.P.A.), que passam a ser aplicadas pela A.P.P.A.

Art. 5.º — Passarão a integrar o Quadro Próprio de Pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, A.P.P.A., os atuais cargos de provimento efetivo e em comissão pertencentes aos Quadros Próprios de Pessoal da Administração do Porto de Paranaguá e da Administração do Porto de Antonina.

Art. 6.º — Aos servidores e empregados das Administrações dos Portos de Paranaguá e Antonina sujeitos, respectivamente ao regime do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, classificados no Quadro Próprio de Pessoal da A.P.P.A. e ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho, aplicar-se-á a Legislação Portuária consubstanciada na Lei Federal n.º 4.860 de 26 de novembro de 1965 e suas respectivas modificações.

§ 1.º — Os Quadros de Pessoal da A.P.P.A. e suas necessárias alterações somente depois de aprovados pelo Poder Executivo Estadual serão submetidos à audiência do órgão federal competente e sua vigência iniciará na data da ratificação expressa ou legal do referido órgão.

§ 2.º — Para os servidores da A.P.P.A. sujeitos ao regime do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, este será aplicado supletivamente, assim como será a legislação do trabalho para os demais empregados, no que couber.

Art. 7.º — O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias desta data baixará a regulamentação desta lei.

Art. 8.º — A Superintendência da A.P.P.A. exercerá a chefia executiva dos Portos, extinguindo-se a Superintendência, em Antonina.

Art. 9.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n.º 5.783, de 1.º de junho de 1968 e demais disposições em contrário.

### SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Curitiba, 17 de setembro de 1971.

Senhor Governador:

Temos a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência a inclusa minuta de Projeto de Lei, que visa propiciar a Integração Portuária Marítima Estadual mediante a unificação, em uma só entidade, da Administração do Porto de Paranaguá e da Administração do Porto de Antonina, sob a denominação de Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, determinando ainda que os servidores e empregados da mesma terão sua situação regida pela Legislação Portuária Federal correspondente.

A justificativa para a integração pretendida, encontra-se demonstrada na exposição de motivos em anexo, da qual destacamos os seguintes tópicos:

“Dentro das recomendações da Reforma Administrativa, deve-se procurar eliminar as administrações paralelas para reduzir os custos.

A integração das administrações dos Portos do Paraná, também vem de encontro à diretriz dos Decretos Leis ns. 704 (agosto de 1969) e 1021 (outubro de 1969) do Governo Federal, segundo os quais, no mesmo Estado, não poderá ser criada mais de uma entidade destinada a explorar os portos, terminais e as vias navegáveis.

Dois órgãos distintos, estruturados sob a forma de Autarquia, executam o contrato de concessão da exploração portuária confiada ao Estado pelo Governo Federal, a saber a Administração do Porto de Paranaguá e a Administração do Porto de Antonina.

A primeira, sobrepujando uma série enorme de óbices, vem apesar deles, desempenhando a contento a sua finalidade; a segunda, desligada de Paranaguá sem que lhe fôssem propiciados os meios iniciais para sua atividade, não tendo sequer em sua existência recebido as verbas de dotação orçamentária, nem tão pouco tendo logrado a formação do capital do porto, é óbvio, encontra-se em estado altamente deficitário, máxime ao se observar a pouca demanda de navios e consequente baixa receita tarifária.

O Governo Estadual que deu a Antonina a autonomia não lhe chegou porém, na época a fornecer as condições mínimas necessárias à sua auto suficiência, não lhe tendo pago os créditos previstos orçamentariamente.

O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis tem instado para a solução da problemática — pessoal, através da aplicação na área portuária da lei federal correspondente — 4860, que dirimirá série enorme de dúvidas suscitadas melhorando as condições de aproveitamento da mão de obra, proporcionando a seu turno melhoria de condições para percepção salarial condizentes com o efetivo valor dos serviços prestados; outros Estados, no tocante à aplicação da referida lei, já se anteciparam, tais quais Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, tendo sido excelentes os resultados colhidos.”

Acresce salientar as conclusões a que chegou a Comissão especialmente designada por esta Secretaria, para o Estudo da Condição do Porto de Antonina e das Providências Recomendáveis para Solucionar os Problemas Deparados, Relatório anexo, quais sejam:

#### “DIRETRIZ BÁSICA

Para a resolução dos problemas deparados pelo Porto de Antonina e tendo em vista serem imperiosas as eliminações das deficiências identifica-



das, não basta apontar as soluções decorrentes de falhas isoladas, mas se julga serem necessárias providências que permitam encontrar solução global do problema.

A diretriz julgada básica para a solução da problemática em exame é:

— A Integração Administrativa do sistema Portuário do Paraná.

#### JUSTIFICATIVA

Na integração Técnica Administrativa do Sistema Portuário do Paraná se propõem a unificação da Administração do Porto de Antonina ao de Paranaguá com os seguintes propósitos:

a) — aumentar a eficiência operacional e administrativa, já que não é possível dotá-lo de todos os meios que seriam necessários para sua adequada funcionalidade;

b) — reduzir o "déficit" de modo considerável a curto prazo, até a sua eliminação, pelo melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais, objetivando a redução de custos operacionais;

c) — coordenação da programação de embarque de modo a obter o máximo aproveitamento das instalações dos portos de Antonina e Paranaguá e evitar o congestionamento desse último;

d) — adequar a estrutura da administração portuária, de modo a alcançar gradualisticamente ao padrão da Sociedade de Economia Mista cuja criação está preconizada pelo Decreto-Lei n.º 794/1969 e 1.021/1969.

Com o procedimento desta solução seria restabelecida a Diretoria do Porto de Antonina, diretamente subordinada a Administração comum dos Portos de Paranaguá e Antonina, sendo necessário Lei substitutiva à Lei Estadual n.º 5.783, do dia 4 de janeiro de 1968.

#### INÍCIO DA AÇÃO

O parecer que em conjunto emitem os melhores da Comissão designada pela Ordem de Serviço n.º 01/71 da Secretaria dos Transportes, de 13 de abril do corrente ano, é o de que a atuação do Concessionário do Porto de Antonina somente poderá desenvolver-se após o ato legal respectivo à solução comentada no item anterior.

Diante de todo o exposto, Senhor Governador, é que permitimo-nos sugerir a baixa do competente dispositivo legal.

Na oportunidade, expressamos a Vossa Excelência os nossos protestos de real apreço e alta consideração.

Atenciosas Saudações

a) **Walfrido Bucheld Strobel**

Secretário de Estado

Excelentíssimo Senhor

**DOCTOR HAROLDO LEON PERES**

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

N/Capital

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### P A R E C E R

1.) Tratam os autos da Mensagem 34/71, do Poder Executivo, capeando anteprojeto de Lei, "integrando a Administração do Porto de Paranaguá — A.P.P. —, e a Administração do Porto de Antonina — A.P.A. —, em uma única entidade, de natureza autárquica, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, sob a denominação de "Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina" — A.P.P.A. —, com personalidade jurídica de Direito Público e autonomia administrativa, técnica e financeira.

2.) Esta Comissão de Constituição e Justiça registra a oportunidade do envio da mensagem que capeia o Projeto de Lei já referido, pois que o mesmo vem atender à antiga e justa reivindicação das populações de Paranaguá e Antonina, o que prova a sintonia perfeita do Poder Público com os anseios populares.

3.) No mérito, o anteprojeto de Lei é legal e constitucional e tem condições para, após ouvidas as demais ditas Comissões Técnicas, ser dis-

cutido, votado e aprovado pelo ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, 13.10.71.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

**Acyr José** — Relator

**Emílio Carazzai**

**Arthur de Souza**

**Igo Losso**

**Cândido Martins de Oliveira**

**Gilberto Carvalho**

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra de anunciar, em Plenário, a presença do Sr. Prefeito Municipal de Arauana, Sr. Antônio Souza Pereira; do Magnífico Reitor da Universidade de Londrina, Dr. Ascênio Garcia Lopes e do Sr. Wilson Sperandio, Secretário da Faculdade de Medicina de Londrina.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja enviada uma Comissão de Srs. Deputados ao Hospital Cruz Vermelha, para apresentar solidariedade do Poder Legislativo e oferecer os préstimos de todos nós ao ilustre colega Sr. Deputado Muggiati Filho, que se encontra hospitalizado. — **Aprovado.** A Presidência designa, para representarem a Casa os Srs. Deputados João Mansur, João Fadel, Francisco Escorsin, Acyr José, Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias, Hélio Manfrinato, Domicio Scaramella.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Jeanina Gónevino Costa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, na data de hoje, do "Dia do Médico". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 10/71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Jornal "Tribuna do Paraná", que nesta data, comemora seu 15.º aniversário de fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de ser instalada uma agência do referido estabelecimento oficial de crédito, na cidade de Fênix. — **Aprovado.**

O SR. PAULO POLI — (*Pela Ordem*) Sr. Presidente, pedimos a palavra pela ordem porque, lamentavelmente, soubemos pela leitura do Expediente, desse acidente ocorrido com um colega nosso, Deputado Muggiati Filho. E como não fomos incluído entre os membros que a Presidência determinou que fossem visitar aquele Parlamentar, abordamos novamente o fato para mostrar nossa atenção e nossa solidariedade e dizer que, embora não façamos parte da Comissão, iremos também visitar nosso colega Muggiati Filho, levando a S. Exa. nossos votos de restabelecimento.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência designa o nobre Deputado Paulo Poli para representar a Casa na visita que se fará ao Deputado Muggiati Filho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19 terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 440-68;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 218-70, 308-70, 25-71, 232-71;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-71;

Levanta-se a sessão.